



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP).

DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR

**PERCEPÇÕES E ANSEIOS DOS ATORES ENVOLVIDOS NO SEGMENTO
DE TURISMO RURAL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE FOZ DO
IGUAÇU/PR**

SAMANTHA TRENTIN SODRÉ

Foz do Iguaçu – Paraná
2015



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)

DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR

**PERCEPÇÕES E ANSEIOS DOS ATORES ENVOLVIDOS NO SEGMENTO
DE TURISMO RURAL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE FOZ DO
IGUAÇU/PR**

SAMANTHA TRENTIN SODRÉ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Alice Aguiar Eleuterio

Foz do Iguaçu – Paraná
2015

SAMANTHA TRENTIN SODRÉ

PERCEPÇÕES E ANSEIOS DOS ATORES ENVOLVIDOS NO SEGMENTO DE TURISMO RURAL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU/PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Ana Alice Aguiar Eleuterio
UNILA

Prof. Dra. Carolina dos Anjos De Borba
UNILA

Prof. Dr. Valdemar João Wesz Junior
UNILA

Foz do Iguaçu, 14 de dezembro de 2015.

Dedico este trabalho a minha segunda mãe Dalva Terezinha Corrêa (em memória), que infelizmente não está mais entre nós e ainda assim de algum modo nunca me deixou sozinha nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar eu agradeço imensamente a Deus, que me deu suporte e força para não desistir jamais de realizar esse sonho, assim me permitindo realizar essa conquista. Obrigado Senhor.

Agradeço também a minha mãe Selma e as minhas irmãs Suélen e Sophie, que nunca deixaram de acreditar na minha capacidade, fazendo com que eu seguisse em frente. Agradeço a todos os familiares inclusive ao meu pai, que não mediram esforços e, cada um do seu jeito, fizeram com que isso tornasse possível.

Agradeço a minha orientadora, professora Dra. Ana Alice Aguiar Eleuterio, pela enorme paciência me orientando, pelo apoio, pela força, pela compreensão e pelo ombro amigo, que não me deixou desamparada nos momentos de desespero na realização deste trabalho.

Agradeço em geral a todos os professores do curso, que de forma singular construíram para mim uma nova visão de mundo, abrindo meus horizontes a uma nova habilidade de compreender melhor que está ao nosso redor. Obrigada a todos.

Ao professor Dr. Junior e à professora Dra. Carolina, que formam parte da banca avaliadora deste trabalho, e que, além disso, auxiliaram-me quando necessário, buscando sempre que minha caminhada até este momento fosse mais clara, e menos árdua.

Gostaria de agradecer aos meus amigos e colegas de classe. Sem eles não teria tantas histórias para contar nessa trajetória. Agradeço a vocês todos pela amizade e paciência, por me aguentarem, pelos conselhos e incentivos, pelas risadas e pelos choros. Sentirei saudades de cada um de vocês. Obrigado por essa companhia.

As minhas amigas externas da universidade, que de modo algum posso deixar de agradecer, Jandiely, Mayara e Janne que foram as que mais aguentaram minhas crises quando havia artigos ou provas e principalmente quando o final foi se aproximando. A vocês eu agradeço a lealdade e a amizade. São de algum modo minha família.

Agradeço aos empresários do segmento de turismo rural, que foram entrevistados e me ajudaram com a conclusão deste trabalho. O mesmo digo aos funcionários do setor público que se dispusera a responder minhas perguntas e facilitar a finalização deste trabalho e de meu curso de graduação.

O sucesso é ir de fracasso em fracasso sem perder entusiasmo. Winston Churchill

SODRÉ, Samantha Trentin. **Percepções e anseios dos atores envolvidos no segmento de turismo rural**: um estudo de caso no município de Foz do Iguaçu/PR. 2015 p.55. Trabalho de Conclusão de Curso (Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

RESUMO

O segmento do turismo rural é desenvolvido em áreas rurais produtivas, nas quais o turista tem a possibilidade de participar das diferentes atividades agrícolas que ocorrem no espaço. Neste trabalho, investigou-se o estado atual do turismo rural no município de Foz do Iguaçu, bem como as percepções e anseios dos atores envolvidos na atividade. Primeiramente, realizou-se uma revisão bibliográfica para compreender o segmento do turismo rural, historicamente, conceitualmente e legalmente, em especial no município foco deste estudo. Ainda, por meio de entrevistas semi estruturadas, realizou-se um estudo de caso com produtores membros do Circuito Iguaçu de Turismo Rural (CITUR), e representantes da Secretaria de Agricultura do município e do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). O estudo mostrou que o turismo rural tem um papel estratégico do setor público e setor privado para a valorização do meio rural, sobretudo no desenvolvimento local, permitindo modificar a realidade socioeconômica dos atores envolvidos.

Palavras-chaves: Turismo rural. Atividades Agrícolas. Desenvolvimento Local. Meio rural.

SODRÉ, Samantha Trentin. **Percepções e anseios dos atores envolvidos no segmento de turismo rural**: um estudo de caso no município de Foz do Iguaçu/PR. 2015 p.55. Trabalho de Conclusão de Curso (Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

RESUMEN

El segmento del Turismo Rural es desarrollado en áreas rurales productivas, en las cuales el turista tiene la posibilidad de participar en diferentes actividades agrícolas que ocurren en el espacio. En este trabajo se investigó el estado actual del turismo rural en el municipio de Foz de Iguazú, así como las percepciones y anhelos de los actores envueltos en la actividad. Primeramente, se realizó una revisión bibliográfica para comprender el segmento del turismo rural históricamente, conceptualmente y legalmente, en especial en el municipio enfocado de este estudio. Por medio de entrevistas semi-estructuradas, se realizó un estudio de caso con productores miembros del Circuito Iguazú de Turismo Rural (CITUR), y representantes de la Secretaría de Agricultura del municipio y del Instituto Paranaense de Asistencia Técnica y Extensión Rural (EMATER). El estudio mostró que el turismo rural posee con papel estratégico del sector público y el sector privado para la valorización del medio rural, sobre todo en el desarrollo local, permitiendo modificar la realidad socioeconómica de los actores envueltos.

Palabras Clave: Turismo Rural. Actividades Agrícolas. Desarrollo Local. Medio Rural.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Divisão do território no município de Foz do Iguaçu. Fonte: Lei complementar nº.168, de 13 de abril de 2011.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV-RR – Associação Brasileira de Agências de Viagem
ADAPAR – Agência de Defesa Agropecuária do Paraná
ABRATURR – Associação Brasileira de Turismo Rural
CITUR – Circuito Iguazu de Turismo Rural – Foz do Iguazu
CTI – Complexo Turístico Itaipu
EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
E-Tur – Economia Solidária no Turismo
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCABAV – Instituto de Capacitação e Certificação da Associação Brasileira de Agências de Viagens
ICVB – *Iguassu Convention & Visitors Bureau*
IDEIAS – Instituto de Desenvolvimento de Estudos Interdisciplinares, Ambientais e Sustentáveis
IDESTUR – Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
ÍNDIOS-UNIOESTE – Incubadora de Direitos Institucionais e Organizações Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITAIPU – Usina Hidrelétrica de Itaipu
ITEPA – Instituto Técnico de Estudos e Pesquisas da Reforma Agrária
ITCP-UFPR – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná
LEADER – *Liaison entre Action de Développement de l'Économie Rurale*
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mtur – Ministério de Turismo
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNTRAF – Programa Nacional de Turismo Rural para a Agricultura Familiar

PMFI – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

RESA – Projeto Rede Solidária Agroecológica

Rede TRAF – Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar

SETUR – Secretaria de Estado do Turismo

SMTU – Secretaria Municipal de Turismo

TR – Turismo Rural

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. TURISMO RURAL: HISTÓRICO, CONCEITOS E ASPECTOS LEGAIS	15
2.1. TURISMO NO ESPAÇO RURAL E TURISMO RURAL	18
2.2. TURISMO RURAL: ASPECTOS LEGAIS	22
3. FOZ DO IGUAÇU E A RELAÇÃO COM O TURISMO	25
3.1. FOZ DO IGUAÇU – PR	25
3.2 O TURISMO RURAL EM FOZ DO IGUAÇU E REGIÃO	28
4. PERCEPÇÃO E ANSEIOS DOS ATORES ENVOLVIDOS COM O TURISMO RURAL EM FOZ DO IGUAÇU	34
4.1. PONTOS POSITIVOS NEGATIVOS DA ATIVIDADE DE TURISMO RURAL NA PERCEPÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS	34
4.2. ANSEIOS DOS ENTREVISTADOS PARA COM O FUTURO DO TURISMO RURAL EM FOZ DO IGUAÇU – PR	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
ANEXOS	
Anexo 01 – Imagem: Área de pesque pague no Recanto da Paz	51
Anexo 02 – Imagem: Bica d'água para massagem natural no Recanto da Paz	52
Anexo 03 – Imagem: Produtos da agroindústria da Berlanda Colonial	53
Anexo 04 – Imagem: Artesanatos de madeira de reutilização do Recanto das Artes	54

1. INTRODUÇÃO

O turismo rural (TR) pode conferir aos produtores uma nova oportunidade de geração de renda, e representar uma melhoria em suas qualidades de vida. O espaço rural abriga as mais diversas experiências, culturas, e tradições. O turismo ocorre no espaço de produção do agricultor, no qual o mesmo se dispõe a compartilhar seu modo de vida, e patrimônio cultural proporcionando experiências rurais típicas aos visitantes.

Segundo Elesbão e Teixeira (2011 p. 263), “A crescente demanda pelo espaço rural para lazer e turismo oportuniza a diversificação de atividades, em um contexto de desenvolvimento de novas funções e rendimentos”. Uma das maiores características do TR é o contato com pessoas e com padrões de vida diferenciados. Por essa razão, o turismo rural vem causando inquietações, pois provoca uma série de alterações nas áreas visitadas, que passam a receber fluxos de turistas, e para tal necessitam adequações estruturais e na dinâmica familiar das pessoas envolvidas no processo (ELESBÃO e TEIXEIRA 2011).

Rodrigues (2000) menciona que “O turismo rural é uma modalidade ainda relativamente nova no Brasil quando comparada a outras, como o modelo sol e praia e o ecoturismo”. Esse fato e a existência de vários outros modos de atividades não agrícolas se deve às transformações que o meio rural vem passando nas últimas décadas. Entre as atividades não agrícolas desenvolvidas nesse meio, existem dentre várias, a prestação de serviços, oferta de produtos e recepção a turistas. Na grande maioria das vezes valoriza-se a demanda por uma propriedade agropecuária autêntica cujas práticas tradicionais estão integradas à conservação do meio ambiente.

O turismo rural não permite apenas a valorização dos aspectos naturais, culturais, tradicionais das atividades produtivas das famílias, mas também permite que haja melhoria na economia da região e do produtor. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, através de um Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar implementado em 2004 incentivado pela Rede TRAF (Turismo Rural na Agricultura Familiar) indica que, “Em relação aos

aspectos ambientais, o turismo rural visa o uso racional dos recursos naturais, sua preservação e conservação, visto que tais recursos passam a constituir atrativos turísticos”.

O interesse em estudar o TR se deu por tratar de compreender melhor outras possibilidades de desenvolvimento e fortalecimento do meio rural, que vão além das atividades agropecuárias. A escolha do tema de pesquisa está relacionada ao fato do município de Foz do Iguaçu ser considerado turístico, e detentor de belezas naturais relevantes mundialmente. No entanto, o setor do turismo rural parece ser menos divulgado e compreendido. Este trabalho visa compreender como esse setor é percebido e valorizado no município. Tendo em conta o problema inicial e principal de buscar entender a situação do turismo rural em um município onde a economia tem grande ligação com o turismo conhecido como de massa.

Quando se fala dos produtores rurais e empreendedores do turismo rural de Foz do Iguaçu, em relação ao meio ambiente, recursos naturais, costumes e tradições, pode-se dizer que os próprios empresários do turismo rural buscam valorizar de forma adequada, dentro de suas limitações. Todos os empreendedores entrevistados para esta pesquisa falaram sobre a importância da valorização do meio ambiente, em relação à atividade turística do rural. A pesquisa realizada focou-se em compreender as percepções dos produtores envolvidos no Circuito Iguaçu de Turismo Rural – CITUR. Este grupo é atualmente formado por três propriedades, o Recanto das Artes, o Recanto da Paz e a Berlanda Colonial. Por esse motivo foram escolhidos para a entrevista, já que os mesmos possuem propriedades e percepções distintas dentro de um mesmo grupo. Quanto aos atores do setor público que possuem relações com o turismo rural no município, a Secretaria de Agricultura e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER foram os que se dispuseram a responder as perguntas com relação ao turismo rural.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro apresenta-se um breve histórico sobre o TR conceitos, problemas enfrentados pelos setores, e legislação vigente. Na sequência, o segundo capítulo traz uma

análise do município de Foz do Iguaçu e sua relação direta com o turismo e o turismo rural, detalhando as propriedades rurais onde o mesmo é executado. Finalmente, o terceiro capítulo retrata um estudo de campo no município, no qual se buscou evidenciar as percepções de atores envolvidos em um circuito de turismo rural na região, e membros do setor público, sobre o estado da atividade.

2. TURISMO RURAL: HISTÓRICO, CONCEITOS E ASPECTOS LEGAIS

O surgimento de novas e diversificadas modalidades turísticas pode ser visto como resultado da intensificação do turismo, e consequente incremento da demanda por alternativas distintas de turismo, ou novos segmentos. Conforme Candiotto (2010, p.5), devido à saturação de destinos turísticos convencionais, também conhecidos como “de sol e praia”, o turismo passou a ser ideologicamente polarizado entre convencional/de massa ou alternativo/sustentável. O turismo rural se insere nesse segundo grupo, pois em essência se baseia e pretende fomentar uma valorização dos espaços naturais.

Para melhor compreender o segmento do TR, é necessário conhecer a história da atividade e as peculiaridades que lhe são conferidas. Segundo Roque (2013), foi apenas a partir dos anos 1950 que o turismo rural passou a ser reconhecido como estratégico para o desenvolvimento regional nos países do centro da Europa. A partir dos anos 1970, o turismo rural passou a ser incentivado como estratégia de desenvolvimento para o meio rural também nos países do sul da Europa e nos Estados Unidos. Finalmente, em 1991 criou-se na União Europeia, uma iniciativa para identificar alternativas de turismo inovadoras e eficazes com valor viável, denominada LEADER – *Liaison entre Action de Développement de l'Économie Rurale* (BLOS, 2000, p.200). Esse projeto visou reunir todos que, de alguma maneira pudessem contribuir para o desenvolvimento das zonas rurais. Com a criação deste programa, muitos países implementaram políticas públicas de apoio ao turismo rural e a outras atividades não agrícolas nos territórios rurais. (BLOS, 2000, p.200).

Na América Latina, durante a década de 1980, diversas iniciativas surgiram no Brasil, Argentina e Uruguai (MINISTÉRIO DE TURISMO, 2010, p13). Atualmente, somente no Brasil, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária (THOMAZ, 2015, p.8), a atividade equestre movimentava 21 milhões de turistas ao ano e esta, segundo os indicadores paulistas de TR, representa apenas 4,9% do turismo brasileiro.

Os registros indicam que a prática do turismo rural como

atividade econômica no Brasil surgiu no município de Lages, em Santa Catarina (BLOS 2000, p.199). O turismo rural em Lages se consolidou como uma resposta à necessidade de aumentar o tempo de permanência dos turistas que se deslocavam até a região serrana de Santa Catarina. Em 1984, iniciaram-se os primeiros estudos para a organização de órgãos voltados a essa modalidade de turismo na região. Foi nesse mesmo ano que se criou a SERRATUR Empreendimentos e Promoções S.A, com a finalidade de preencher a lacuna existente na organização do turismo em Lages e incentivar futuras ações na área (BLOS, 2000, p.205). As primeiras propriedades rurais foram abertas à visitação em 1986, e a partir de então a atividade começou a ser caracterizada como turismo rural.

Já no Rio Grande do Sul, a Associação Brasileira de Agências de Viagem ABAV – RR e o Instituto de Capacitação e Certificação da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ICCABAV indicam que, através de incentivos a vivências no meio rural, o turismo tem beneficiado a preservação de tradições culturais. No estado foram adotadas políticas públicas de desenvolvimento e fomento da atividade que apoiaram a criação de rotas rurais. Um dos trabalhos realizados foi o Plano de Reestruturação Econômica para a metade do Sul, elaborado no ano de 1996 pela empresa Engevix e iniciativa do governo do estado. Desse Plano resultou a criação, no mesmo ano, do Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da metade do Rio Grande do Sul (RECONVERSUL). Este programa foi responsável por proporcionar o reconhecimento do Governo Federal para a necessidade de uma atuação política em relação ao turismo, que fosse diferenciada para a região (POZZER, 2008, p.43).

Outros exemplos de iniciativas de TR surgiram posteriormente em outros estados. No Espírito Santo, por exemplo, a atividade nasceu em meados dos anos de 1990 na região serrana, em propriedades rurais produtivas, com o objetivo de valorizar e mostrar o modo de vida rural. A ABAV-RR (2003) informa que um dos circuitos turísticos desenvolvido foi o Caminhos da Roça, que engloba os municípios de Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Conceição do Castelo, Domingos Martins e Venda Nova do Imigrante este

roteiro é formado por pousadas, restaurantes rurais, fábricas de cachaça e rapadura, comidas típicas, artesanatos, passeios turísticos e paisagens naturais deslumbrantes.

Já no final de 1990, um expressivo número de empreendedores de todas as regiões do Brasil passou a investir no segmento do turismo rural, devido a resultados positivos observados para o segmento (MINISTÉRIO DE TURISMO 2010, p.14). Nesse sentido, a atividade desenvolveu-se com a premissa de ser fonte geradora de emprego e de renda para o pequeno produtor rural, evitando o êxodo rural e promovendo o desenvolvimento local (TULIK, 2014, p.3)

Um importante marco no desenvolvimento da atividade no país foi o Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, realizado em 1998, que deu os primeiros passos em favor de uma organização efetiva do turismo rural no Brasil e que resultou na Carta de Santa Maria¹. O documento teve como base um trabalho multidisciplinar de técnicos e atores e deu origem ao marco conceitual e às Diretrizes Operacionais do Turismo Rural (BLOS, 2000, p.201). A carta reconhece a importância socioeconômica do turismo no espaço rural, e os esforços dos poderes públicos e da iniciativa privada em fomentar o desenvolvimento sustentável local, regional e nacional, por meio de atividades turísticas rural. Por outro lado, a carta também explicita a falta de estímulos aos estudos, pesquisas e registros sobre os impactos do turismo no espaço.

A Carta de Santa Maria é considerada de grande relevância pois propõe que as instituições governamentais estabeleçam, em parceria com a iniciativa privada, políticas e diretrizes voltadas para o segmento do turismo no espaço rural. Incentiva a realização da revisão na legislação existente que interfere direta ou indiretamente no segmento. Além disso, propõe estimular a capacitação de profissionais por meio de entidades públicas e privadas, e incentivar as pesquisas de turismo no espaço rural de maneira que os registros sigam uma terminologia unificada e venham facilitar a interpretação e análises

¹Santa Maria (disponível em:

http://www.idestur.org.br/download/L2_CARTA_SANTA_MARIA.pdf)

de dados (CARTA DE SANTA MARIA,1988). Essas propostas, se bem implantadas, podem desenvolver o segmento de forma que a atividade do turismo rural (TR) fortaleça em todos os âmbitos.

Atualmente, reconhece-se que dois dos fatores mais prejudiciais ao desenvolvimento do TR no Brasil que são a forma pouco técnica e como a mesma é muitas vezes desenvolvida. Muitas vezes a execução pouco profissional da atividade, combinados à ausência de legislação específica vigente, têm gerado problemas tais como número de turistas superior à capacidade de suporte da atividade, impactos ambientais, e a descaracterização do meio rural e da própria atividade (MINISTÉRIO DE TURISMO, 2010, p.14). Em relação a essa descaracterização da atividade, o Ministério do Turismo – Mtur (2010) afirma que o turismo rural no Brasil vem se desenvolvendo através de tentativas e erros, apresentando características diferentes em todo o país, recebendo denominações distintas, e confundindo-se entre outras concepções e definições.

Estes problemas se devem, em grande parte, à dificuldade de oficializar o turismo rural enquanto segmento turístico, fazendo com que uma grande variedade de atividades sejam categorizadas como TR em todo o país, tendendo à descaracterização e à geração de discrepâncias que, por consequência, desvalorizam a atividade. Em razão disso torna-se imprescindível ter referências legais e conceituais que sirvam de orientação para todos que trabalham com o segmento (MINISTÉRIO DE TURISMO, 2010, p.16). Para conceituar o turismo rural de forma que a definição possa ser utilizada para orientar outras pessoas é necessário antes de qualquer coisa compreender fatores que possam comprometer sua variedade de categorias, assim como a diversidade do meio rural no Brasil.

2.1. TURISMO NO ESPAÇO RURAL E TURISMO RURAL

A compreensão do meio rural é importante antes de enfatizar conceitos e definições referentes ao turismo rural, pois, essa atividade turística

possui características únicas em relação ao seu modo de inserção (TROG, 2013, p.5). Assim, Pontes (2004) destaca que em cada momento histórico, o rural apresenta diferentes conceituações e mesmo dentro de cada período, há vários tipos de realidades rurais, pois além das transformações globais, dependem também de fatores locais, o que os obriga a se adaptarem a certos fatores para sobreviverem. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 1996), situações urbana e rural são definidas como:

Na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Este critério contribui para uma certa subestimação da população rural: sedes municipais e mesmo distritais com algumas poucas centenas de residências são consideradas urbanas (IBGE, 1996).

O rural é caracterizado por atividades como produção de alimentos, distintas formas de criação de animais, plantações, e contato direto com a natureza (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p.73). Já a definição adotada por Tulik (2014, p.23. apud ELEUTÉRIO et. al. p.296), na zona rural a economia centra-se em atividades agrícolas e florestais, além da produção pecuária e de derivados. A zona rural inclusive deve manter a característica de seus modos de vida, de uma forma em que as tradições se identifiquem fortemente com o ambiente rural e suas características culturais. Levando em conta tais características de Tulik, e relacionando com o turismo rural que ocorre em tal ambiente, Trog (2013, p.6) afirma então, normalmente, quando os turistas procuram serviços no meio rural, estão em busca de vivenciar aspectos como costumes, tradições, modo de vida, cultura comunitária, que se diferenciam da realidade e do cotidiano urbano. No segmento de turismo rural as tradições, costumes e o modo de vida são ofertadas como produto, e considerados essencial para a valorização do segmento (BLOS, 2000, p.201).

O conceito de TR tem sido debatido em diversas esferas. No IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, realizado na cidade de Joinville-SC, em 2004, discutiu-se a abrangência e

finalidade da atividade. Assim, na prática o turismo rural, desde uma perspectiva antropológica, oferece ao visitante a possibilidade de vivências da cultura rural. Desde uma perspectiva socioeconômica, representa um complemento às atividades agropecuárias. Finalmente, ao considerar a percepção do turista, a atividade atende às expectativas de evasão da rotina urbana e da realização de outras experiências de vida (ABRATURR, 2004, apud FINO & ANDRADE, 2010, p.5).

Além do turismo rural, há atividades de lazer, esportivas, e outras, às quais vários autores definem como turismo no espaço rural. O turismo no espaço rural consiste em atividades de lazer realizadas no meio rural e abrange várias modalidades como o ecoturismo, o turismo verde, o turismo cultural, o turismo esportivo, o agroturismo e o turismo de aventura (SANTOS & CUSTÓDIO, 2012). Já o turismo rural, como definido pelo Ministério de Turismo (2010), leva em conta aspectos territoriais, econômicos, ecológicos, e socioculturais. Com base nesses aspectos, conceituou-se essa modalidade de turismo como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. As atividades são diversas, e englobam hospedagem, alimentação, transporte de visitantes, recepção a visitação em propriedades rurais, recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural (MINISTÉRIO DE TURISMO, 2010 p.18).

Em relação às finalidades do TR, Rodrigues (2000, p.61) sugere dividir o segmento em dois grandes grupos. No primeiro estariam as propriedades que desenvolvem o turismo rural tradicional de antes dos anos 70. São propriedades de origem agrícola, como sedes de fazendas, que se constituíram como unidade de exploração agrária, e que de alguma forma funcionam como meios de hospedagem (RODRIGUES, 2000, p.61). O segundo grupo, classificado como TR contemporâneo, é divergente do primeiro grupo, pois neste segundo se enquadram geralmente propriedades rurais que passaram a se dedicar ao turismo apenas a partir dos anos 70. Como variantes dessa modalidade destacam-se os hotéis fazendas, as pousadas rurais, os

spas rurais, que constituem uma versão melhor estruturada de hospedagem, ainda que sigam valorizando a cultura rural (RODRIGUES, 2000, p.65).

Percebe-se assim que as definições aqui apresentadas demonstram que por turismo no espaço rural faz-se referência a todos os segmentos turísticos desenvolvidos nesse espaço, enquanto o termo turismo rural se restringe às características próprias de produção no meio rural, à paisagem, ao estilo de vida e à cultura rural (TULIK, 2003, p.43 apud MINISTÉRIO DE TURISMO, 2010, p.19). As principais diferenças entre o turismo no espaço rural e o turismo rural residem em características fundamentais, tais como a escala, localização, atividades agropecuárias desenvolvidas, paisagem e diversificação dos serviços oferecidos (MINISTÉRIO DE TURISMO, 2010, p.23).

A escala, segundo Krahl (2003, p.49 MINISTÉRIOS DE TURISMO, 2010, p.23), é uma das principais características do turismo rural, definido por sua pequena capacidade de atendimento, e pelo atendimento personalizado. Outra característica importante é a manutenção das atividades agrícolas tradicionais, que não devem ser abandonadas devido ao sucesso do turismo rural. A diversidade de serviços oferecidos aos turistas depende da especificidade do ambiente, da economia, da história, das culturas populares, das características étnicas da população envolvida, e do tipo de exploração agropecuária na propriedade ou na região (Mtur, 2010, p.23).

A prática do turismo rural no Brasil pode proporcionar benefícios como a diversificação da economia regional, através da criação de micro e pequenos negócios, a melhoria das condições de vida das famílias rurais com o aumento na renda, a diversificação da oferta turística para os visitantes, diminuição do êxodo rural, pois proporciona ofertas de emprego. Pode proporcionar também a conservação e a valorização dos recursos naturais na propriedade, o reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza, a integração do campo com a cidade, agregação de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção, e o resgate da autoestima do produtor rural (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.15).

Apesar dos benefícios oferecidos pelo turismo rural, a atividade

encontra obstáculos ao seu desenvolvimento. Alguns deles são o difícil acesso às propriedades rurais, a infraestrutura precária, a baixa qualificação profissional, e a baixa renovação da mão de obra no campo, já que muitos jovens optam por abandonar o meio rural. A falta de preparo de agências de turismo e operadoras para lidar com o segmento afeta a visibilidade da atividade ao turista. Finalmente, uma das principais dificuldades encontradas atualmente é a ausência de legislação e regulamentação específicas para o turismo rural (CAMPANHOLA & GRAZIANO, 2000, p.163 apud MINISTÉRIO DE TURISMO 2010, p.15).

2.2. TURISMO RURAL: ASPECTOS LEGAIS

O turismo rural ainda é considerado uma atividade relativamente nova no Brasil, que carece de instrumentos regulatórios adequados (TORRES, 2009, p.3). Mesmo com as importantes contribuições que o meio rural oferece para a economia, os investimentos públicos na sua maioria seguem favorecendo as áreas urbanas. As legislações existentes são dificilmente aplicáveis ao turismo rural fazendo que os estabelecimentos turísticos rurais ofereçam serviços informais. Os principais entraves legais, especialmente para os agricultores familiares, são relativos às legislações fiscal, tributária, trabalhista, sanitária e previdenciária (MINISTERIO DE TURISMO,2010, p.29).

Atualmente, poucas leis se referem nacionalmente ao turismo rural. Portanto, a atividade acaba se submetendo a um regime classificado como híbrido, parte rural, parte urbano (ROQUE, 2013). Alguns estados como Paraíba, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná, e Ceará, já contam com legislações específicas, objetivando a inserção e fortalecimento da atividade local (ROQUE, 2013 p.27). No Paraná, por exemplo, a Lei no 15.143, de 31 de maio de 2006, define as atividades turísticas que especifica como turismo rural na agricultura familiar. Nesta lei o governo estabelece,

...características dos agricultores familiares, os princípios do turismo rural na agricultura familiar, os conceitos de turismo rural na agricultura familiar, unidade de produção familiar e unidade de planejamento de turismo rural. Na referida lei, são

considerados agricultores familiares, aqueles que: possuam até 50 (cinquenta) hectares de área (sejam proprietários ou não); desenvolvam atividades agropecuárias de subsistência; sejam os administradores diretos da propriedade. No que tange o conceito de turismo rural na agricultura familiar, o Paraná acaba utilizando o mesmo conceito adotado pelo PNTRAF, que é anterior à criação das diretrizes paranaenses (CANDIOTTO, 2013. p.124).

Alguns projetos de lei tramitam há alguns anos em âmbito federal, porém nenhum em fase conclusiva. Conforme evidenciado em um estudo preliminar produzido em 2013 pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)², a atividade não tem recebido o apoio necessário, principalmente em relação à implementação de políticas públicas específicas, assim como ocorre em outros países. Além disso, os altos custos envolvidos na constituição da empresa de turismo rural, e na adequação dos produtos das propriedades rurais à legislação sanitária em muitos casos acabam por inviabilizar a atividade (ROQUE, 2013, p.27).

Sendo assim, existe uma demanda constante pela regulamentação da atividade de forma a acompanhar as mudanças do meio rural. Nesse sentido, os principais obstáculos legais encontrados pelos agricultores familiares envolvidos no turismo rural são ligados à legislação fiscal, tributária, trabalhista, sanitária e previdenciária. O turismo rural também está sujeito a legislações que contemplam aspectos ambientais, culturais, comerciais, turísticos, fundiários e agrícolas (ROQUE, 2013, p.27).

Recentemente, em 21 de outubro de 2015, foi aprovado o projeto de lei que transformou-se na Lei 13.171/2015. A proposta considerava como atividade rural o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, que agregariam valor aos produtos e serviços do meio rural. Esta definição foi vetada, pois foi considerada redigida de uma forma muito ampla e, conforme a presidente da República, o dispositivo poderia enquadrar indevidamente certas atividades

²O estudo vem com objetivos concretos de fortalecer iniciativas de desenvolvimento sustentável, prover conhecimento e informações técnicas aprimorar, meios, instrumentos e estratégias de intervenções democratizar as oportunidades econômicas, sociais e culturais entre outras possíveis ações para o turismo rural. Estudo disponível em:<http://www.idestur.org.br/pdf/estudo.pdf>

turísticas como rurais, o que possibilitaria uma aplicação distorcida de benefícios tributários (BRASIL, Lei 13.171/2015)

Foi substitutiva então considerando atividade rural onde se inclui na atividade econômica do turismo rural além da exploração industrial em estabelecimento agrário, a exploração do turismo rural vinculada com a exploração agricultura. Herculano Passos, deputado federal, declarou que, mesmo com o veto, acredita que a lei é uma vitória por retirar da informalidade muita dos empresários que exercem a atividade de TR, e adequar o modo como a atividade será tributada, já que até então os proprietários pagavam duplo tributos, quando se registravam. Ainda, na opinião de Andréia Roque, presidente do Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural (Idestur), a lei beneficia o turismo rural uma vez que legaliza a atividade, o que a deixa em condições semelhantes a qualquer outra atividade de turismo no Brasil (O CONCIERGE,2015).

3. FOZ DO IGUAÇU E A RELAÇÃO COM O TURISMO

No município de Foz do Iguaçu, foco deste estudo sobre o segmento do turismo rural, o turismo constitui grande importância econômica para o município, onde contribui com a geração de renda, empregos e de impostos. Além disso, o município dispõe de atrativos naturais que conquistam os turistas de vários lugares. Nodari (2007, p.14), afirma que o turismo é um segmento muito abrangente e está intrinsecamente conectado a belezas que a natureza oferece, como por exemplo, sol, praias, paisagens, entre outros, que são os atrativos que movimentam as pessoas com vontades específicas de turismo.

3.1. O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU E O TURISMO

O município de Foz do Iguaçu está localizado no extremo oeste do estado do Paraná, Brasil (25°32'45"S, 54°35'07"O), e integra a região da Tríplice Fronteira, abrigando as regiões fronteiriças entre Paraguai, Argentina e Brasil. Residem no município cerca de 263.782 mil habitantes; dentre estes há uma grande diversidade cultural, compreendida por pessoas oriundas do Líbano, China, Paraguai, Argentina entre outros (IBGE, 2015). A área total do município é de 617.701 km², subdividida em seis regiões, urbana, rural, Parque Nacional do Iguaçu, Lago Artificial de Itaipu, Ilha Acaray e Ilha das Taquaras (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU – PR, 2010, p.9).

Divisão do território no município de Foz do Iguaçu. Fonte: Lei complementar nº.168, de 13 de abril de 2011.

Áreas	(km ²)	(%)
Área urbana	195,156	31,59
Área rural	134,127	21,71
Parque Nacional do Iguaçu	138,576	22,43
Lago Artificial de Itaipu	149,31	24,17
Ilha Acaray	0,385	0,06

Ilhas das Taquaras	0,147	0,02
--------------------	-------	------

Fonte: modificado da Lei complementar nº.168, de 13 de abril de 2011.

Segundo Pinto (2011, p.51), considera-se que, economicamente, o município de Foz do Iguaçu passou por quatro ciclos de desenvolvimento: ciclo da extração da madeira e cultivo de erva mate (1870-1970), ciclo Itaipu (1970-1980), ciclo de exportação e turismo de compra (1980-1995) e ciclo da globalização da economia (1995-2008). Cada um destes ciclos marcou de forma distinta a cidade, mostrando os diferentes interesses socioeconômicos existentes na Tríplice Fronteira. O primeiro ciclo de atividades econômicas em Foz do Iguaçu foi o de extração de madeira e cultivo de erva mate. Neste período o município se estendia por todo o oeste do Paraná até o município de Guarapuava. Após a instalação da Colônia Militar do Iguaçu em 1888, houve a fixação de um maior número de brasileiros na região, o que possibilitou o desenvolvimento de pequenos comércios e o estabelecimento de pequenas propriedades rurais familiares. Extraía-se erva-mate e madeira e o modo de exploração e uso da terra obrigava os trabalhadores rurais a mudar sucessivamente de área, em busca de novas frentes de trabalho (BIESEK, 2013).

A atividade turística começou a ganhar força na região com a construção dos primeiros hotéis na cidade. Na década de 1970, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (ITAIPU), e o início de um novo ciclo de desenvolvimento local, houve aumento demográfico e incremento das atividades econômicas. A área urbana do município foi fortemente ampliada, e ocorreram profundas alterações nas atividades urbanas, tanto no comércio como nos serviços, ainda que a industrialização não obteve semelhante destaque. Houve então uma forte expansão da oferta de serviços públicos e de infraestrutura urbana, que trouxe o crescimento das periferias empobrecidas. O município, que tinha uma economia apoiada principalmente nas atividades agropecuárias, passou a ter no turismo, comércio e serviços sua base econômica (CONTE, 2014, p.8).

Com o término da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, foi

intensificado o comércio de exportação e serviços com o Paraguai. Isto causou um enorme movimento migratório para o município, originando grandes invasões em áreas públicas e privadas. Entre 1980 a 1995, verificou-se uma ampliação na importância do turismo de compras e do comércio atacadista exportador para a região de fronteira com o Paraguai, marcando o terceiro ciclo de desenvolvimento local. Notou-se uma elevação na demanda de produtos eletroeletrônicos, por parte dos turistas brasileiros que vinham apenas para comprar. Observou-se um aumento no número de turistas que chegavam a Foz do Iguaçu com o objetivo de fazer compras no Paraguai. Este tipo de turismo ficou conhecido como turismo de compras e passou a movimentar boa parte da economia do local, entre hotéis, restaurantes, agências de turismo e outros setores do comércio que prestavam serviços aos turistas.

Motivados pelo aumento da atividade turística no município, um grande número de empresas hoteleiras passou a se instalar em Foz do Iguaçu (MARTINS, 2012, p.38). A partir da consolidação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL em 1991, surgiu o quarto ciclo, o da globalização da economia (PMFI, 2015). Segundo Ghisi (2012, p.23) este período também foi marcado pelo aumento do desemprego, das desigualdades sociais no município, e de problemas com serviços de saúde, educação e segurança.

Atualmente a economia do município de Foz do Iguaçu é baseada fundamentalmente no turismo e na produção de energia (IPARDES, 2011). Segundo Pires et. al. (2011, p.32), uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) revelou que, entre 2006 e 2008, Foz do Iguaçu foi considerada o segundo destino mais visitado por turistas estrangeiros, atrás apenas do Rio de Janeiro. O município conta com uma grande diversidade de atrativos turísticos. Entre os mais visitados estão as Cataratas do rio Iguaçu, localizadas no Parque Nacional do Iguaçu, e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Assim, aquele atrativo que é considerado como único, sem outros locais semelhantes, possui maior interesse por parte dos turistas (NODARI, 2007).

O setor de turismo exerce participação importante na economia do município, atingindo um PIB de 4,8%. Se retirada a compensação da Usina

Binacional de Itaipu do PIB municipal, a participação do PIB proveniente do turismo no PIB municipal atinge números ainda maiores, praticamente dobrando de valor (8,2%). Tal relevância do turismo na economia do município coloca o setor como um importante gerador de renda, empregos, e produtos (SETUR, 2010). Ao promover a implantação de projetos relevantes ao desenvolvimento turístico, Foz do Iguaçu potencialmente possibilitaria o aumento do número de empregos e da arrecadação de tributos, melhoria da inclusão social e da qualidade de vida da população (BIESEK, 2013, p.145).

Conforme Pinto (2011), a capacidade de atração dos empreendimentos turísticos seria muito maior se o município tivesse um maior compromisso com a sustentabilidade. Esse maior compromisso traria benefícios para visitantes e para moradores locais, tanto no âmbito ambiental quanto na valorização dos empreendimentos turísticos. O município representa, hoje, um dos mais estruturados e importantes destinos brasileiros para a prática do turismo e lazer, com potencial para a prática do ecoturismo, turismo ecológico, esportes radicais, entretenimento, eventos, negócios, compras (SETUR, 2010).

3.2. O TURISMO RURAL EM FOZ DO IGUAÇU E REGIÃO

O estudo realizado para este trabalho teve como base entrevistas com agricultores integrantes do Circuito Iguaçu de Turismo Rural (CITUR) no município de Foz do Iguaçu, Paraná, e com representantes do poder público, mais precisamente funcionários da Secretaria de Agricultura do município e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). O objetivo deste estudo foi analisar as percepções e os anseios dos agricultores envolvidos no CITUR em relação à inserção do turismo rural no contexto socioeconômico e turístico do município de Foz do Iguaçu. Adicionalmente, avaliou-se a percepção de membros do setor público, de representação e de assistência técnica rural em relação ao turismo rural no município e, em especial, em relação a grupos organizados com a finalidade de desenvolver a atividade na região.

Os roteiros de entrevistas utilizados buscaram a obtenção dos dados que pudessem contribuir para um melhor entendimento da situação do turismo rural no município. Assim, focaram em compreender a percepção de proprietários rurais e representantes do setor público voltado a assistência técnica rural em relação às oportunidades, problemas enfrentados, desafios presentes e futuros para a consolidação da atividade na região.

Inicialmente, as entrevistas aos produtores rurais que atualmente fazem parte do CITUR foram aplicadas durante uma reunião de membros, da qual participaram os mesmos e seus familiares. As entrevistas, que seriam aplicadas a homens e mulheres, para tratar de compreender variações de gênero em relação à percepção sobre o turismo rural, acabaram por ser quase exclusivamente direcionadas aos homens. Isso porque as mulheres que participaram da reunião não se sentiram confortáveis em responder às questões de pesquisa, e preferiram que fossem entrevistados seus maridos. Posteriormente, realizou-se visitas de reconhecimento às propriedades rurais integrantes do CITUR, que igualmente serviram para complementar as entrevistas aos agricultores.

Através das entrevistas descobriu-se que a Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Paraná (EMATER) vem trabalhando para o desenvolvimento do turismo rural na região. Buscando alternativas de renda e emprego na zona rural de Foz do Iguaçu, e, com o intuito de oferecer alternativas para que o turista permaneça mais tempo na cidade, Um dos projetos que está auxiliando o turismo rural de Foz e região é o Programa Nacional de Turismo rural para a Agricultura Familiar (PNTRAF), que foi lançado pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em 2004. O programa foi uma iniciativa da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Rede TRAF) (CANDIOTTO, 2013. p.118). O programa tem como objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável mediante a implementação e o fortalecimento, pelos agricultores familiares, das atividades turísticas integradas aos arranjos produtivos locais, com a geração de renda e trabalho no meio rural consequentemente melhorar as condições da vida dos produtores (PNTRAF, 2004).

Sobre as iniciativas de turismo no meio rural que ocorrem no município de Foz do Iguaçu e região algumas vêm sendo desenvolvidas por Organizações Não-Governamentais (ONGs) locais e EMATER. Um desses exemplos são os Circuitos de caminhadas com visitas a propriedades rurais e atrativos naturais da região, com vendas de produtos diretamente aos consumidores são realizados anualmente. Em dezembro de 2004, em outra ação em prol da valorização do turismo rural na região, técnicos da Itaipu, EMATER, Unioeste, representantes/ das prefeituras de Céu Azul e Matelândia, do Conselho dos Municípios lindeiros fizeram uma excursão técnica à comunidade do Rio Sábria em Matelândia. Além disso, para melhor conhecer e apoiar o processo de implementação do turismo rural no município de Matelândia, uma equipe da Itaipu Binacional visitou posteriormente estas propriedades. O processo culminou em 2005, com a implantação do Circuito Sábria de turismo rural.

Como parte de um processo de ação para o desenvolvimento desta dinâmica alternativa ao turismo na região, com foco em pequenas propriedades rurais, criou-se em 2008 o Circuito Iguaçu de Turismo Rural – CITUR. A iniciativa contou com a orientação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade (ITCP-UFPR), e desenvolvidas em parceria com a Incubadora de Direitos Institucionais e Organizações Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – ÍNDIOS-UNIOESTE, Projeto Rede Solidaria Agroecológica – RESA e a ONG Instituto de Desenvolvimento de Estudos Interdisciplinares, Ambientais e Sustentáveis – IDEIAS. Recebeu apoio da Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu – SMTU e do Ministério do Turismo – Mtur, através da Financiadora de Estudos e Projetos FINEP (BIESEK, 2013, p.199).

O CITUR surgiu em 2008, mas fortaleceu-se em 2009 com o Projeto Turismo e Economia Solidária no Paraná – Etur/PR. Desde então o grupo trabalha com ferramentas de construção coletiva, como a pesquisa ação, diagnósticos participativos, reuniões periódicas, oficinas, e apoio à participação em eventos. O principal resultado do processo foi o reconhecimento do grupo e fortalecimento de sua identidade. Como organização, o CITUR possui um

regimento interno aprovado pelo grupo, que determina as normas dos encontros, entrada e saída de participantes, gestão do grupo, entre outros detalhes coletivos (BIESEK, 2013, p.200). Em entrevista realizada para a construção deste trabalho, os proprietários das áreas que integram o CITUR descrevem sua importância.

“É uma parte do meu trabalho, uma parte que eu gosto de fazer, atender pessoas, eu gosto disso. Atendi gente dos EUA, Israel e continuamos recebendo gente, gente que vem para saber como é o dia a dia do campo, então o CITUR é uma caminhada para o dia de hoje e de amanhã. Uma parte do meu trabalho” (JOAQUIM,2015).

“São amigos, é uma família para resumir, que se ajuda na atividade em comum. Para crescer é melhor estar unido do que sozinho” (NEY RAFAEL, 2015).

“O CITUR é um grupo de agricultores, que por necessidade se reuniu e formou o circuito, um grupo de parceiros, amigos, uma família” (DARIO, 2015).

O CITUR é composto atualmente por três propriedades: Recanto da Paz, Berlanda Colonial e Recanto das Artes (JESUS, 2015). O Recanto da Paz fica localizado no extremo oeste do município, na comunidade de Sanga Funda, a uma distância aproximada de 8 km do centro. A propriedade pertence ao casal Joaquim Hercílio de Jesus e Terezinha Fontana de Jesus; o casal é auxiliado pelo filho Daniel Betoven de Jesus. O sítio possui produção agroecológica, focada à produção agrícola de alimentos saudáveis sem a utilização de agrotóxicos. A propriedade foi adquirida no ano de 1975, e desde então vem se adaptando para um tipo de produção que respeita o meio ambiente. Em 1996, iniciou um trabalho pioneiro de recepção de visitantes, e atualmente conta com áreas de lazer, serviços de pesque pague (anexo 01), contemplação da natureza e observação de aves, hidromassagem natural (anexo 02), terapia com argila, trilhas, caminhadas e outros. Os proprietários ainda oferecem almoço colonial com produtos do local, e possuem uma pousada para pernoite (BIESEK, 2013, p.202).

A Berlanda Colonial é uma propriedade de 32 ha que pertence a

Sra. Iracema Berlanda de Andrade. A proprietária é auxiliada por filhos e netos. A área é localizada na comunidade do Arroio Dourado, a uma distância de 12 km do centro de Foz do Iguaçu. O sítio conta com uma infraestrutura agroindustrial, produzindo bolachas, doces, panificados, conservas, compotas, licores e massas em geral (anexo 03). Os produtos são certificados pela vigilância sanitária, e são comercializados através de programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. A propriedade iniciou a oferta de serviços turísticos em 2009, tendo como atrativos o oferecimento de café colonial, e passeio por uma trilha localizada no remanescente florestal da propriedade. A trilha tem duração aproximada de duas horas, e o trajeto é feito com acompanhamento dos proprietários/guias. Na área está sendo implantada uma estrutura de três tanques para construção de um para pesque pague, que será aberto à visitação (CITUR, 2015).

O Recanto das Artes é um sítio de 4 ha localizado na comunidade do Lote Grande, a uma distância de 10 km do centro de Foz do Iguaçu. A família proprietária, Sr. Dário Davias e Sra. Eneli Davias, reside e trabalha no local há 26 anos. Inicialmente os proprietários trabalhavam com pecuária leiteira e comercializavam seus produtos em feiras urbanas. Incentivados por Daniel B. de Jesus e Sergio L. Winkler, no ano de 2000 começaram a desenvolver artesanato com madeiras reaproveitadas e fibras de bananeiras (anexo 04). Atualmente produzem móveis rústicos, cuja venda constitui a principal fonte de renda da família. Na propriedade também é possível visitar a oficina e museu, percorrer uma trilha em uma área de floresta nativa da região, adquirir peças de artesanato e, principalmente, desfrutar da hospitalidade do casal em conversa acompanhada de chimarrão, café campesino, almoços ou jantares (CITUR, 2015).

Este grupo de três propriedades está envolvido com o CITUR desde a fundação do Circuito. O grupo se reúne mensalmente para trocar informações, discutir demandas, pautas para reuniões seguintes. O CITUR não possui uma diretoria, e constitui-se como uma organização coletiva sem hierarquias definidas. Qualquer um dos participantes tem direitos iguais de

pautar nas reuniões o que achar necessário. Como as reuniões são realizadas nas propriedades dos próprios agricultores participantes do Circuito, os anfitriões são responsáveis por organizar a reunião, alimentos, e evento social após a reunião (JESUS, 2015).

As três propriedades rurais possuem em comum o serviço de oferta de refeição ao turista, e caminhadas em trilhas. O gerenciamento e o atendimento são unicamente familiares, mas as hospedagens para visitantes variam, ainda que todos aceitem pernoites. O senhor Joaquim já possui uma pousada, enquanto o Sr. Dario e Sra. Iracema normalmente recebem as pessoas para dormir em suas próprias residências. Dona Iracema comenta que: “Futuramente, eu gostaria de arrumar a parte de cima da casa, e como o Lolis vive dizendo, arrumar para receber melhor as pessoas, fazer essa parte do turismo. Porque atualmente a gente fica mais com a parte de trilhas e de refeições quando se fala do turismo né, porque a gente vende os produtos da agroindústria” (informação verbal). Segundo Candiotto (2010, p.4), o turismo no espaço rural costuma ter como principal característica uma oferta de equipamentos e de serviços mais simplificada. Por tanto o modo de pernoite do Sr. Dario e da Dona Iracema, se encaixam perfeitamente, pois além disso se dedicam a uma demanda menos concentrada do que turismo em áreas litorâneas.

4. PERCEPÇÕES E ANSEIOS DOS ATORES ENVOLVIDOS COM O TURISMO RURAL EM FOZ DO IGUAÇU

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa realizada com os atores envolvidos com o turismo rural de Foz do Iguaçu, visando analisar as percepções e os anseios destes atores em relação à atividade, através de entrevistas. Para com êxito responder ao problema de pesquisa inicial deste trabalho, que busca compreender como o município de Foz do Iguaçu, considerado e já demonstrado em dados durante o trabalho como vinculado economicamente ao turismo de massa, pode lidar com o turismo rural. Por isso o interesse de buscar através de entrevistas com os atores envolvidos com o segmento, quais suas percepções e seus anseios.

Faz-se importante constatar que nesta parte do trabalho não serão mais utilizados os nomes dos entrevistados. Por tratar de setores diferentes, buscou-se preservar a identidade dos envolvidos para que assim, em modo nenhum possa ser motivado um desentendimento entre os setores e atores envolvidos, por motivo de entrevistas disponibilizadas para a construção deste trabalho. Cabe ressaltar que essa postura foi assumida, independente das entrevistas terem sido realizadas com os consentimentos dos participantes, obtidos por meio de um termo de autorização de uso de palavra e imagem, que os próprios assinaram no início de cada entrevista para este trabalho com fim acadêmico e eventuais textos acadêmicos vinculados a ele..

4.1. PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA ATIVIDADE DE TURISMO RURAL NA PERCEPÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS

O turismo rural tem o potencial de gerar transformações, podendo provocar impactos positivos e negativos para os que implementam e para a comunidade do município em que é realizado. Os impactos podem ser positivos, tornando a atividade geradora de desenvolvimento rural, mas podem também ser negativos, como por exemplo a descaracterização do autêntico, esse pode ser resultado de mal planejamento, ou outros fatores como má

administração pública, e falta de apoio ao segmento. Segundo Rauber & Elesbão (s/d), o turismo rural pode proporcionar uma série de efeitos positivos. No entanto, não pode-se esquecer os impactos negativos, que obviamente podem ser minimizados se a atividade for bem planejada e conduzida. Após as entrevistas realizadas para este estudo, pode-se afirmar que o turismo rural em Foz do Iguaçu não é diferente.

Os produtores e o setor público, quando questionados sobre sua percepção de turismo rural, geraram respostas que apontavam vantagens e desvantagens do segmento e sua implementação no município. Em geral, indicaram como os principais impactos positivos os seguintes pontos: a melhoria da renda; abertura para novas oportunidades (de negócios); troca de experiências com os visitantes; mais opções de turismo para a população; possibilidades de melhoria no meio rural; e aumento no nível de conhecimento.

O turismo rural, muitas vezes, é visto como uma atividade alternativa geradora de renda. Candiotto (2013, p.1) afirma que o turismo rural é uma atividade que dinamiza economicamente os espaços rurais. Quanto aos proprietários rurais entrevistados para este estudo, os mesmos confirmam que suas rendas não são exclusivas resultantes do turismo rural, porém o segmento auxilia de alguma forma na renda. Um dos entrevistados declara, “*o turismo rural é uma fonte interessantíssima de renda*”. E justifica a frase contando que com a parceria com o turismo rural, passou a vender mais produtos. Os representantes do setor público afirmaram ainda que atualmente existe o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF), programa este do Governo Federal elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) que vem apoiando o segmento através de criação de linhas de crédito no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

De acordo com o Programa, um dos benefícios do turismo rural para o agricultor familiar, do ponto de vista econômico, é a inserção da atividade turística na agricultura familiar podendo aumentar a renda, principalmente com a comercialização de produtos feita diretamente ao consumidor/turista (PNTRAF, 2004, p.5-6). Ainda que considere que também

benefícios de âmbito cultural, social e ambiental, o fator renda é o mais citado como resultado da atividade. O turismo rural pode ser uma alternativa para garantir melhoria da qualidade de vida no campo, tanto como gerador de renda como também incentivando o desenvolvimento de produtos locais e a valorização de tradições culturais.

Assim, quanto à melhoria do comércio de produtos da agricultura familiar confirma-se o fato através de um dos produtores entrevistados que afirma “*o turismo rural abriu portas quanto a venda de seus produtos, porque com mais visitantes na sua propriedade, mais pessoas conhecem seus produtos e podem comprar e falar para outros possíveis compradores.*” Essa realidade também é relatada pelos outros entrevistados, como uma abertura de novas possibilidades no negócio. Isso porque com os visitantes acabam por comprar seus produtos que normalmente são vendidos nas feiras, ou disponibilizados para programas do governo como PAA e PNAE. A troca de experiências com os visitantes também foi um dos pontos tratados pelos entrevistados como fator positivo. Foi visível que todos os entrevistados gostavam de receber pessoas, compartilhar suas histórias, e as histórias de suas propriedades. Assim, essa interação com os visitantes favorece o aprendizado, visto que algumas vezes, segundo os entrevistados, muitos turistas apenas vão visitar as propriedades para ouvir histórias. Um dos proprietários afirma que essa troca de informações pode ser vista como benefício para ambos os lados. E explica isso dizendo que:

...a melhor mercadoria é a receptividade, receber bem é um bom início, depois tudo vai fluir mais fácil, claro que tem que conhecer um pouco com as coisas que você trabalha, que você têm, que tem que dar ênfase, muitas vezes até pedir para as pessoas se tão ouvindo o canto do pássaro, porque as pessoas as vezes não ouvem (PRODUTOR ENTREVISTADO, 2015).

Segundo Ruschmann (2008 p.9), o turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza. Nas últimas décadas, ocorreu a muitos habitantes de áreas urbanas têm passado a visitar o meio rural em busca do verde, como parte de uma fuga dos tumultos dos grandes aglomerados urbanos, em uma tentativa de recuperar o contato com ambientes naturais durante o seu tempo de lazer. Em congruência com o que foi afirmado por

Ruschmann (2008), pode-se perceber que na fala do produtor citada anteriormente o visitante já não nota mais o canto dos pássaros sozinho, já que o mesmo está pouco habituado com o som da natureza, e tão acostumado com o cotidiano dos centros urbanos. Além deste fator também se verifica que o turismo rural está surgindo como uma nova variedade de turismo para a população. A população podia estar adaptada com o turismo de sol e praia, ou como afirma Candiotto (2013), o turismo convencional, portanto o turismo rural surge como uma nova opção, como o alternativo, disponibilizando aos turistas uma opção mais natural e ligada ao rural e em algumas vezes, mais ligadas as raízes dos turistas.

Outro ponto citado pelos entrevistados como sendo positivo foi o desenvolvimento rural. Neste caso, o PNTRAF, apoia este ponto, trazendo como um dos objetivos do programa, a necessidade de promover o desenvolvimento rural, mediante implantação e fortalecimento das atividades turísticas no meio rural pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, com agregação de renda e geração de postos de trabalho no meio rural, com consequente melhoria das condições de vida (MDA, 2004, p. 13). Os entrevistados do poder público enfatizaram a importância do turismo rural como uma nova oportunidade para os turistas. Também se deve considerar a melhoria e a valorização do meio rural onde é inserido o turismo rural, pois o segmento tem essa função de melhorar tanto no sentido de sustentabilidade como nas condições de vida dos produtores e suas famílias.

Para que seja possível que estes pontos já citados sejam considerados continuamente positivos, os entrevistados em geral disseram que outro fator importante é o aumento do conhecimento, que adquirem com a atividade do turismo rural. Sendo essa uma atividade nova para eles, onde devem exercer outros tipos de serviços e acabam por receber distintos clientes, existe a necessidade de buscar mais informações sobre como seguir valorizando seu negócio. Como cita um dos entrevistados, para que *“nunca se fique no comodismo, e sempre se busque aprimorar, para sempre atender melhor os nossos clientes, e eu vejo isso sim como um ponto positivo, pois assim nunca vou parar de buscar novos conhecimentos.”* Com a inserção de

outras atividades, outros tipos de clientes, os agricultores se veem na necessidade de buscar mais informações sobre como seguir valorizando seu negócio. Desse modo, como cita um dos entrevistados, a finalidade é que

...nunca se fique no comodismo, e sempre se busque aprimorar, para sempre atender melhor os nossos clientes, e eu vejo isso sim como um ponto positivo, pois assim nunca vou parar de buscar novos conhecimentos (PRODUTOR ENTREVISTADO, 2015).

Por outro lado, os atores envolvidos com o segmento indicaram como fatores negativos do turismo rural, que podem prejudicar o desenvolvimento da atividade: a falta de apoio e parcerias com o poder público local; a legislação vigente que não protege os proprietários; dificuldade na implementação de projetos; e abandono por parte do setor público com relação aos projetos já executados. O desenvolvimento desordenado da atividade de turismo rural pode gerar uma sobrecarga no meio rural, causando um desequilíbrio muito grande, comprometendo o meio ambiente e a modificando dos costumes locais, o que possivelmente leva a um descontentamento da demanda que busca pela simplicidade do campo e seus costumes. Esta possibilidade pode ocorrer em diversas formas, principalmente quando o fluxo de visitantes se torna grande de mais para os proprietários conseguirem manter o ambiente o mais tradicional e imutável o possível.

Zimmermann (1996), afirma que, por se tratar de uma atividade ainda recente, poucos organismos e/ou entidades apoiam o desenvolvimento do turismo rural no Brasil. Uma das maiores reivindicações dos produtores de turismo rural de Foz do Iguaçu foi a falta de apoio do setor público, que como resposta afirma não poder fazer muito mais do que já faz. Em entrevista, os representantes do poder público afirmaram que apoiam como podem o produtor, em vários casos acabam por apoiar apenas a parte que diz respeito à produção agrícola, já que informam não poder ainda fazer muita coisa pelo turismo rural ainda.. Os representantes dos órgãos entrevistados revelaram que projetos que auxiliam de certa forma os produtores e o turismo rural como, por exemplo, uma iniciativa recente de apoio à atividade turística na estrada de Guarapuava, traria valorização histórica ao município e região, além de apoiar o desenvolvimento local de comunidades de Sanga Funda e do Arroio Dourado

em Foz do Iguaçu (ZIMMERMANN, 1996).

O representante da EMATER comentou, em entrevista, que o órgão incentiva circuitos de caminhadas com visitas nas propriedades rurais da região, apoiando o crescimento na venda de produtos diretamente aos consumidores. Porém, os produtores entrevistados dizem que receber apoio do município nas caminhadas é uma das principais dificuldades encontradas pois, conforme os mesmos, o poder público não conhece realmente o segmento no município, e não busca ajudar. Essa ausência de apoio se agrava, segundo os proprietários rurais, quando se trata de infraestrutura das estradas e dos acessos as propriedades, que são precários. Ainda que os produtores não se isentem da responsabilidade e da noção de que podem resolver tais problemas, mencionam não ser fácil receber ajuda do poder público. O representante da Secretaria de Agricultura declarou, em relação a esse aspecto, que os proprietários precisam entender que existem regras e protocolos que devem ser seguidos, e explica: *“isso de não seguir regras, pode dar problemas futuros para nós e para os produtores”*.

Em relação à falta de legislação vigente, os proprietários rurais membros do CITUR relatam a falta de defesa do segmento por parte dos meios legais, e a necessidade de que a legislação seja adequada ao segmento. Os representantes do setor público não discordam dos produtores: *“a parte da legalidade é terrível aqui em foz o momento [...] Eles ficam registrados os grandes pesque pagues como comércio, com CNPJ e tudo, os pequenos do CITUR eles ficam meio sem registro, por que ai para eles não é interessante”* (REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, 2015).

Porém, é importante compreender que antes da recente promulgação da lei 13.171/2015, que define o turismo rural como atividade rural, os proprietários que executavam turismo rural tinham que se registrar como empreendimento de turismo e como agricultor. Os mesmos, quando registrados, passavam a perder grande parte dos benefícios que possuíam como produtores rurais como, por exemplo, empréstimos bancários e adesão de bens. Como produtores rurais, os agricultores pagam juros mais baixos em transações deste tipo. O representante da EMATER comenta que a legislação

precisa ser adequada ao turismo rural, seguindo o raciocínio de Roque (2013), que afirma que a legislação sanitária vigente para atender o turismo rural é quase impossível de ser praticada, sem que os produtos e serviços percam a condição de artesanal.

Toda essa deficiência na legislação atrapalha a implementação de projetos. Porém, um ponto que deve ser citado é o abandono por parte do setor público na continuidade dos projetos já implementados. Um exemplo desta falta de continuidade foi relatado pelo representante da EMATER, quando contou que houve um projeto no município de Quatro Barras – Paraná, onde houve um grande investimento na restauração de uma das estradas mais antigas da região. Atualmente, quando se passa pela estrada, percebe-se que houve um processo de abandono pelo poder público que esqueceu ou optou por não continuar apoiando e fiscalizando o projeto. Esta falta de continuidade de acompanhamento de projetos ocorre normalmente nas trocas de mandatos dos governantes que por muitas vezes preferem iniciar outros projetos do que dar continuidade aos que já existem.

Segundo os dados obtidos em relação à percepção dos produtores membros do CITUR e do poder público a respeito do turismo rural no município, pode-se perceber nas respostas que não há por parte dos entrevistados uma insatisfação com o turismo rural em Foz, mas todos eles de algum modo relatam a necessidade de não se acomodar com os logros obtidos até o momento. Todos os entrevistados acreditam no segmento, e o definem como uma atividade vantajosa. A percepção de que não devem se acomodar é um ponto positivo para o segmento no município. Assim, há maiores chances de que a atividade não seja colocada de lado. Porém independente de não se acomodar, ambos os setores entrevistados devem encontrar um modo simples e eficaz de se comunicarem e trocarem informações sobre o segmento para conseguirem juntos trilharem um caminho na mesma direção

4.2. ANSEIOS DOS ENTREVISTADOS PARA COM O FUTURO DO TURISMO RURAL EM FOZ DO IGUAÇU – PR

Após tratar das percepções negativas e positivas que os

entrevistados possuem sobre a atividade do turismo rural em Foz do Iguaçu, buscou-se saber quais os anseios dos mesmos para o futuro do turismo rural no município. Um dos produtores entrevistados mencionou que, para o futuro do turismo rural, esperava que mais propriedades mostrem para visitantes seus potenciais culturais, históricos e que se unam ao segmento, aumentando assim cada vez mais a visibilidade do mesmo no município. O proprietário comenta: *“eu tenho minha história, espero que o turismo cresça e mostre outras histórias para várias outras pessoas”*. O aumento de propriedades atuando no mesmo segmento agregaria visibilidade ao turismo rural do município, e os turistas possuiriam maior número de alternativas de visitaç o.

Em rela o  s demandas futuras para o segmento na regi o, os propriet rios gostariam de uma melhor parceria com o poder p blico do munic pio quanto   provis o de infraestrutura, divulga o, ao amparo legal e o melhor conhecimento por parte do setor p blico a respeito das propriedades e o que elas t m a oferecer com o segmento. Isso poderia auxiliar na implementa o de projetos e nas a o es pol ticas do munic pio, que auxiliaria no desenvolvimento do turismo rural, e conseq entemente no desenvolvimento da comunidade local. Segundo Zimmerman (1996), a realiza o de a o es em conjunto, de forma cooperada, entre os setores p blico e privado,   considerada uma premissa para que o setor de turismo se desenvolva de forma consistente, por meio da conscientiza o dos l deres municipais em rela o   necessidade de um planejamento, com a o es fomentadas atrav s de agentes multiplicadores, capacitados para esta finalidade.

As respostas dos representantes das institui o es p blicas foram mais direcionadas aos projetos e legisla o es. Gostariam, em ambos os casos, de consolidar alguns projetos e regulamentar o segmento e as propriedades, podendo assim ter mais oportunidades nas a o es que muitas vezes n o seguem adiante por falta de regulamenta o das propriedades. O representante da Secretaria de Agricultura comentou, nesse sentido, que a institui o vem trabalhando e gostaria de legalizar essas propriedades devidamente e regulamentar os seus empreendimentos. J  o representante da EMATER tratou da necessidade de legisla o es adequadas para os produtores

e seus segmentos, porém o que realmente anseia para o turismo rural no futuro é *“a valorização da cultura rural, onde as pessoas deveriam visitar conhecer o meio onde permanecem vivas as atividades mas rudimentares. Deveriam também valorizar a gastronomia do meio rural que é riquíssima e que também é cultura.”*

O turismo rural possui elementos que indicam a identidade social, cultural e territorial, que manifestam-se, predominante focada na destinação da terra e o seu uso nas práticas agrícolas. Conservando a noção de ruralidade, ou seja, no valor que a sociedade contemporânea concebe como rural. Que se contempla também através da paisagem, o modo de vida, a lógica familiar, a cultura e a natureza (MINISTÉRIO DE TURISMO, 2010, p.18). O representante da EMATER conclui seus anseios mencionando,

Eu acredito, no futuro do turismo rural em Foz, no futuro. Acredito no potencial, isso aqui ainda não mostrou nada do que tem. O turismo é marginalizado as agências não dão valor ao nosso turismo e sim ao turismo de compra, querem levar ao Paraguai para ganhar dinheiro (REPRESENTANTE DA EMATER, 2015).

Os anseios dos entrevistados apenas confirmaram a idéia de que nenhum deles está envolvido com o segmento sem realmente acreditar na atividade. E baseado nessa tendência atual na busca do natural, do orgânico, do alternativo, fatores estes que contribuem para a valorização do turismo rural. Deve-se, segundo os envolvidos, acreditar cada vez mais no segmento, assim como afirma um dos produtores *“temos que aprender muito ainda e todos nos sabemos que falta muita coisa para aprender. Mas eu acho que é uma atividade que o público está buscando, então dá para acreditar no futuro dela”*. Neste sentido, percebe-se nos depoimentos e até mesmo na forma que fui recebida para as entrevistas, satisfação dos envolvidos com o turismo rural, e a percepção de que a atividade pode contribuir para um melhor conhecimento e desenvolvimento do meio rural. Conforme Queiroz (2015, p.11), o turismo rural pode resolver problemas imediatos, mobilizar forças na comunidade local, potencializando o capital social dos diversos atores que se relacionam com a atividade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo rural merece atenção dos poderes públicos e do setor privado pois, além de oportunizar a criação de empregos e renda para a população, pode gerar um aumento na arrecadação de impostos e propor o desenvolvimento regional, apoiando a comunidade envolvida no empreendimento. A atividade turística rural deve ser considerada complementar quando se trata de renda, pois inicialmente o produtor não deve abandonar a atividade produtiva inicial, como por exemplo as atividades agropecuárias. O segmento deve considerar a grande diversidade cultural do meio rural no Brasil.

Na presente pesquisa, buscou-se analisar a percepção e a análise dos envolvidos com o turismo rural no município de Foz do Iguaçu. A escolha do município impactou muito nos resultados, pois independente da praticidade por viver no local, foram analisados os possíveis impactos do turismo rural em uma cidade que economicamente é conhecida como tendo o turismo como base da economia. Por este motivo, foi necessário além de analisar o histórico, conceito e marco legal da atividade de turismo rural, conhecer também o município e suas particularidades quando relacionados com o turismo que prevalece no município e o turismo rural, que ainda não possui o mesmo impacto.

A aplicação de entrevistas semi estruturadas com os atores envolvidos no segmento do turismo rural deu fundamento para responder os objetivos deste trabalho, que buscava esclarecer as percepções e os anseios dos atores envolvidos com o turismo rural a respeito do segmento. O que foi constatado em geral é que a percepção sobre o turismo rural é descrito pelos envolvidos positivamente e negativamente em suas falas.

A melhoria na renda das famílias dos produtores, a abertura para novas oportunidades de negócios, a troca de experiências com os visitantes, a maior quantidade de opções de turismo para a população e a possibilidades de melhoria no meio rural, foram pontos positivos percebidos pelos atores envolvidos. Quanto aos pontos negativos, foram relatados a falta

de apoio e parcerias com o poder público local, a legislação vigente que não protege os proprietários totalmente, a dificuldade na implementação de projetos e o abandono por parte do setor público em relação aos projetos já executados. Independente dos problemas relatados pelos envolvidos com o turismo rural, os mesmos relataram acreditar plenamente na atividade e no futuro do turismo rural. Os anseios principais eram a respeito de maior reconhecimento legal da atividade, e reconhecimento da mesma para com o setor público e com a população.

Em suma, este estudo reafirma que o turismo rural, através das entrevistas, conectadas com as informações resultantes de buscas bibliográficas, tem grande potencial para com o meio rural. Finalmente, é uma atividade que valoriza os produtores e suas propriedades, aumenta a renda dos envolvidos e pode exercer um papel estratégico para o desenvolvimento do meio rural.

6. REFERÊNCIAS

BIESEK, A.S.. **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: POLÍTICAS E PRÁTICAS EM FOZ DO IGUAÇU E REGIÃO** Tese de Doutorado. Curitiba – PR. 2013.

BLOS, W.. **O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural**. 199-222p. EM: ALMEIDA, J.A. & RIEDL, M. Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento Bauru, SP: EDUSC, p.264. 2000.

BRAMANTE, L.; MAGLIO, F.N.; ROQUE, A.M.. **UM MISTÉRIO A SER DESVENDADO: PANORAMA DO TURISMO RURAL BRASILEIRO, POLÍTICAS PÚBLICA E DINÂMICA RURAL**. EM: VIII CITURDES – Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável: Turismo Rural em Tempos de Novas Ruralidades. Chaves (Portugal). 2012

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, p.68. 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Secretária de políticas de turismo. 2004

BRASIL, LEI Nº 13.171, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015. Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nº8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências. 2015

BRASIL. **Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar** (PNTRAF). Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004.

CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R.. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro - RJ: 1999.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G.. **O agro turismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro**. 145–179 p. EM: ALMEIDA, J.A. &

RIEDL, M. Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento Bauru, SP: EDUSC, 2000. 264p.

CANDIOTTO, L.Z.P.. **O DISCURSO DA VIABILIDADE DO TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: O PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR (PNTRAF) E O PAPEL DO ESTADO DO PARANÁ NO CONTEXTO.** Em: CULTUR – Revista de Cultura e Turismo. Nº 2. Junho/2013.

CANDIOTTO, L.Z.P.. **Elementos para o Debate Acerca do Conceito de Turismo Rural.** EM: Revista Turismo em Análise vol: 21. nº2. Abril 2010.

CITUR. CIRCUITO IGUAÇU DE TURISMO RURAL. Folder elaborado para a divulgação do Circuito. 2009.

ELEUTÉRIO, D.G.; SILVA, T.Y.; GERA, M.Z.F.; BANDOS, M.F.C.. **Políticas Públicas Aplicadas ao Turismo Rural.** 2010. XI Encontro de Pesquisadores do Uni – FACEF, Disponível em:
<http://legacy.unifacef.com.br/novo/xi_encontro_de_pesquisadores/Trabalhos/Encontro/Diogo%20Giacomo%20Eleut%C3%A9rio,%20Tatiana%20Luri%20Yamasaki%20da%20Silva,%20%E2%80%A6.pdf> acessado em 21/10/2015.

ELESBÃO, I.; TEIXEIRA, A.R.. **Turismo e agricultura familiar: o papel das iniciativas locais na valorização do mundo rural.** 265 – 290 p EM: SOUZA, M.; ELESBÃO, I. Turismo rural: iniciativas e inovações – Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p.360,2011.

ETGES, V. E.. **Turismo rural: uma alternativa de desenvolvimento para as comunidades rurais.** EM: LIMA, L. C.. Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

FINO, P.; ANDRADE, C.D. **Turismo Rural: Teoria x Prática.** VI Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 09 e 10 de julho de 2010.

FOZ DO IGUAÇU (PR). LEI COMPLEMENTAR Nº 168, DE 13 DE ABRIL DE 2011.
DISPÕE SOBRE A ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, PARA FINS DE DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS URBANA E RURAL, DE EXPANSÃO URBANA E DE RESTRIÇÃO, ALÉM DE OUTRAS APLICAÇÕES

PREVISTAS EM LEI.

FOZ DO IGUAÇU (PR). Secretaria Municipal de Turismo. Diretoria de Desenvolvimento do Turismo. Observatório de Turismo. Divisão de Estatísticas e Estudos Turísticos. **Inventário da Oferta Turística de Foz do Iguaçu /** Secretaria Municipal de Turismo – Foz do Iguaçu (PR): SMTU, p. 210. 2014

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conceituação das características divulgadas na Contagem da População de 1996.** Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/textocont96.shtm>> Acesso em: 14 de novembro de 2015.

MANZINI, E.J. **ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA: ANÁLISE DE OBJETIVOS E DE ROTEIROS.** EM: Seminário Internacional sobre Pesquisas e Estudos Qualitativos. BAURU. 2004.

NODARI, M.Z.R. **As contribuições do Turismo para a Economia de Foz do Iguaçu.** UFPR. Curitiba. 2007

OLIVEIRA, E. S. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré – Bahia / Ilhéus, BA : UESC, p.153. 2008.**

PINTO, A.F.M. **AS PRINCIPAIS TRAJETÓRIAS DE MOBILIDADE EM FOZ DO IGUAÇU – PR E SEUS REFLEXOS NO URBANO.** Universidade Estadual de Maringá (UEM) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Pós – Graduação em Geografia Análise Ambiental e Regional. Maringá – PR 2011.

PIRES, J.H.S.; ANDRADE, H.F.X.A.; JESUS, D.B.; DOSZA, D.; WINKLER, S.L.. **CIRCUITO IGUAÇU DE TURISMO RURAL – CITUR. PERSPECTIVAS DE ENVOLVIMENTO E TRABALHO.** Extensão em Foco, Curitiba, n. 7, p. 31-41, jan./jun. Editora UFPR 31. 2011.

PMFI. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Disponível em: <<http://www.pmf.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1004>> acesso: 7 de novembro de 2015.

PONTES, K. F.. **Pensando o Conceito do Rural**. Revista Nera Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

POZZER, G.. **Rotas Turísticas do Rio Grande do Sul: influências das políticas públicas, disparidades regionais e ambientais institucionais**. Dissertação de Mestrado. UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. Rio Grande do Sul – Brasil. 2008.

QUEIROZ, P.G.. **Turismo Rural e Desenvolvimento Local na Agricultura Familiar**. EM: XLIII CONGRESSO DA SOBER Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial” Ribeirão Preto, Julho de 2005.

REVISTA O CONCIERGE. **Presidência da República acaba de sancionar o projeto do Turismo Rural e agora vira lei**. 2015. Disponível em: <<http://www.oconciergepb.com.br/trade-news/presidencia-da-republica-acaba-de-sancionar-o-projeto-do-turismo-rural-e-agora-ele-vira-lei/>> acesso em: 5 de novembro de 2015.

RODRIGUES, A.B.. **Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia**. 51-68 p. IN: ALMEIDA, J.A. & RIEDL, M. Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento Bauru, SP: EDUSC, p.246, 2000.

ROQUE, A.. **ESTUDO PRELIMINAR DA CADEIA PRODUTIVA: TURISMO RURAL BRASIL** IICA Brasil – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília, 2013.

RUSCHMANN, D.. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. Coleção Turismo. 14º edição. Editora Papirus. 2008.

SANTOS, R.A.; & CUSTÓDIO, M.C.M.. **A prática do turismo no meio rural: conceituações e delimitações de suas ações**. Revista Científica eletrônica de turismo – ISSN. Periódico semestral. ANO: IX, N° 16. Janeiro de 2012.

SOUZA, A.D.. **Formação econômica e social de foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)**. Tese (doutorado em história econômica) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SOTUYO, P. C. G. **Segregação urbana: estudo de caso das vilas de Itaipu**. Dissertação (Mestrado). 1998. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SIQUEIRA, D.; OSÓRI, R.. **O conceito de rural**. EM: GIARRACCA, Norma. (Org.). Una Nueva Ruralidad en América Latina?. Buenos Aires: Asdi/ Clacso, p.66-79, 2001.

TORRES, S.. COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL. **PROJETO DE LEI No 5.077, DE 2009** Dispõe sobre o empregador rural e dá outras providências.

TROG, S. F.. **Atividade de turismo rural: um estudo da propriedade Chácara Sant'Ana no município de Campo Magro (PR).Trabalho de Conclusão de Curso. UNICENTRO. IRATI/ PR. Brasil. 2013.**

TULIK, O.; TELES, R.M S.. **Turismo rural comunitário e a construção do saber**. Em: CITURDES – Congresso de Turismo Rural, 2014, São Paulo – Brasil. Anais do IX Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – CITURDES, v. 1 p 1 – 4, 2015.

ZIMMERMAN, A.. **Turismo Rural: um modelo brasileiro**. Ed. do autor. Florianópolis, BR. 1996.

ANEXOS

Anexo – 01 Imagem: Area de pesque pague do Recanto da Paz



Fonte: Autoria Própria.

Anexo 02 – Imagem: Bica d'água para massagem natural do Recanto da Paz



Fonte: Aatoria Própria.

Anexo 03 – Imagem: Produtos da agroindústria da Berlanda Colonial



Fonte: Autoria Própria.

Anexo 04 – Imagem: Artesanatos de madeira de reutilização do Recanto das Artes



Fonte: Pagina do Recanto das Artes no Facebook.